



PODER EXECUTIVO

D.O. 19/12/74



Estado de Mato Grosso

LEI Nº 3 599 , DE 16 DE DEZEMBRO DE 1 974

Dá nova redação ao artº 12 da  
Lei nº 1.614 de 23.10.1.961 e ao § 3º  
do artº 1º da Lei nº 3.519, de 10.06.  
1 974.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO :

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado  
do decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 12 da Lei nº 1.614, de 23 de  
outubro de 1.961, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 12 - Consideram-se dependentes dos segura  
dos, para efeito desta Lei:

I - a esposa, o marido inválido, a compa  
nheira, mantida há mais de 5 (cinco) anos, os filhos de qual  
quer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as  
filhas solteiras de qualquer condição menores de 21 (vinte e  
um) anos, ou inválidas.

II - a pessoa designada, que, se do sexo  
masculino, só poderá ser menor de 18 (dezcito) anos ou maior  
de 60 (sessenta) anos ou inválida;

III - o pai inválido e a mãe;

IV - os irmãos de qualquer condição meno  
res de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as irmãs solteiras de  
qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inváli  
das.

§ 1º - A existência de dependentes de qual  
quer das classes enumeradas nos itens deste artigo exclui do  
direito às prestações os dependentes enumerados nos itens sub  
sequentes, ressalvados o disposto nos § 3º, 4º e 5º.

§ 2º - Equiparam-se aos filhos, nas condi  
ções estabelecidas no item I, mediante declaração escrita do  
segurado:

a) - C enteado;

b) - O menor que, por determinação judi  
cial, se ache sob sua guarda;

c) - O menor que se ache sua tutela e não  
possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Inexistindo esposa, ou marido inválido, com direito às prestações, a pessoa designada poderá, me  
diante declaração escrita do segurado, concorrer com os fi-  
lhos deste.

§ 4º - Não sendo o segurado civilmente casado, considerar-se-á tacitamente designada a pessoa com que se  
tenha casado segundo rito religioso, presumindo-se feita a  
declaração prevista no parágrafo anterior.

§ 5º - Mediante declaração escrita do segu  
rado, os dependentes enumerados no item III poderão concorrer  
com a esposa, ou o marido inválido, ou com a pessoa designada,  
salvo se existirem filhos com direitos às prestações.

§ 6º - A existência de dependentes de quaisquer das classes enumeradas nos itens I e II deste artigo ex  
clui do direito à prestação todos os outros das classes subseque  
ntes.

§ 7º - Mediante declaração escrita do segu-  
rado, os dependentes indicados no item III deste artigo pode  
rão concorrer com a esposa, a companheira ou marido inválido,  
ou com a pessoa designada na forma do § 4º, salvo se existi  
rem filhos com direito à prestação.

§ 8º - A dependência econômica das pesoas  
indicadas no item I deste artigo é presumida e a das demais  
deve ser comprovada.

§ 9º - Não terá direito à prestação o côn  
juge desquitado, ao qual não tenha sido assegurada a percep-  
ção de alimentos nem o que voluntariamente tenha abandonado  
o lar há mais de cinco anos, ou que, mesmo por tempo inferi  
or, se encontre nas condições do artigo 234 do código Civil.

§ 10 - As formalidades da inscrição dos se  
gurados e dependentes obedecerão às normas do Regulamento Ge  
ral da Previdência Social.

Artigo 2º - O parágrafo 3º do artigo 5º da Lei  
nº 3 519 de 10 de junho de 1 974 passa a ter a seguinte reda  
ção:

" § 3º - A contribuição devida ao IPEMAT será calculada sobre a remuneração efetivamente percebida, a qual quer título, não podendo ultrapassar o limite máximo de 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente no Estado."

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 16 de dezembro de 1974, 153º da Independência e 86º da República.

*Francisco  
Leandro*

Registrada as fls.  
163 à 164v, do li-  
vro competente.  
fla - 17.03.86.

*Wesley*